

Exaustão e desânimo

A demora no atendimento da Defensoria Pública no Distrito Federal é a principal reclamação dos usuários. O diretor-geral da instituição, Fernando Ferraz, afirma que em todos os núcleos do DF a realidade é a mesma: excesso de trabalho e falta de profissionais. Além da jornada estafante, o defensor tem de conviver com as desgraças humanas. São comuns atestados médicos por estresse. "Viramos conselheiros, psicólogos e assistentes sociais. Muitas vezes, somos procurados por pessoas que só querem ter um pouco de atenção", destacou.

O que determina o tempo de conclusão da ação, porém, é o tipo de processo. Pagamento de pensões alimentícias dura menos de um mês. Já as causas cíveis podem chegar a um ano. É o caso das ações de inventário. No Núcleo de Assistência Jurídica de Ceilândia, por exemplo, só há vagas para conversar com os defensores em abril do ano que vem.

Ferraz garante que há empenho dos profissionais para dar conta do recado. "Ninguém consegue ser defensor só porque está interessado no salário", explicou. Em início de carreira, a remuneração é de R\$ 10 mil. Realidade bem diferente das demais unidades da Federação. Em Minas Gerais, o salário médio é de um terço do que recebem os profissionais de Brasília, de acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Em todo o Brasil, há pouco mais de três mil defensores públicos trabalhando para re-

solver desde problemas de paternidade até disputa por lotes. Um estudo do Ministério da Justiça, concluído em 2004, aponta que esse número devia ser seis vezes maior. A proporção atual é de 1,86 defensores para cada 100 mil habitantes. A quantidade de juízes, por outro lado, é de 7,7. A pesquisa ainda reforça a precariedade das instituições no Brasil. Somente 42% das unidades judiciárias das cidades possuem defensorias.

As defensorias públicas devem ficar mais estruturadas nos próximos anos. É que a Reforma do Judiciário concedeu autonomia administrativa e financeira para elas. Há unidades da Federação mais adiantadas, como Mato Grosso do Sul. O estado já sancionou legislação própria. No DF, será necessária a aprovação de proposta de emenda à Constituição para tornar autônoma a defensoria local, que é ligada à União. A proposição já foi aprovada em dois turnos no Senado Federal. Mas ainda depende da apreciação da Câmara dos Deputados.

Os defensores querem ainda que as autoridades policiais informem à defensoria quando houver prisões de pessoas sem advogado. Esta seria uma forma de agilizar o trabalho e evitar injustiças e ações ilegais. "O cidadão paga o defensor quando paga os impostos. Não fazemos isso de graça", observa a defensora Paula Ribeiro, para quem a profissão é uma questão de amor. "É muito gratificante poder ajudar alguém." (FG)